

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Terminais Fluviais do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminais Fluviais do Brasil S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Fluviais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Os resultados dessas transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - não relacionadas à fraude

A Companhia exerce o julgamento no reconhecimento de receita, principalmente em relação à se o Grupo está atuando como principal ou agente nas operações de compra e venda de combustível. Existe um risco dessa receita ser superestimada nas demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Documentamos e testamos os principais controles gerais relacionados ao reconhecimento de receita. Em seguida, aplicamos técnicas de auditoria baseadas em análises para obter segurança sobre a reconciliação entre a receita, contas de clientes e recebimentos de clientes.

Desafiamos os julgamentos da Administração sobre se, em seus contratos de compra e venda de combustíveis, a Companhia estava agindo como principal ou agente, revisando as condições contratuais no contexto do CPC 47.

Utilizamos procedimentos analíticos para comparar a receita com as nossas expectativas, definidas com base em nossa compreensão dos negócios da Companhia e do mercado em que ela está inserida. Isso nos permitiu identificar padrões comerciais incomuns e executar procedimentos substantivos adicionais de auditoria e amostra de transações.

Outros assuntos

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de março de 2020.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.217	55.894	Fornecedores	9	213	313
Contas a receber	6	10.241	13.649	Debêntures	13	31.065	18.055
Estoques		-	14	Obrigações tributárias	10	4.144	1.950
Tributos a recuperar	7	4.657	3.827	Obrigações sociais e trabalhistas		522	664
Adiantamento a fornecedor		2	21	Dividendos a pagar	14	16.354	-
Despesa antecipada		482	486	Adiantamentos de clientes	11	11.347	18.694
Outros créditos		89	1.171	Outros passivos		428	107
		<u>41.688</u>	<u>75.062</u>			<u>64.073</u>	<u>39.783</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Contas a receber	6	-	3.698	Obrigações tributárias	10	139	-
Mútuo com partes relacionadas	20	54.978	10.150	Debêntures	13	94.889	125.958
Depósitos judiciais		122	126	Adiantamentos de clientes		19.788	19.788
Imobilizado	8	176.522	192.610	Provisão para contingências		-	120
		<u>231.622</u>	<u>206.584</u>	Passivo fiscal diferido	12	4.195	4.359
						<u>119.011</u>	<u>150.225</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social		65.736	58.671
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.143	8.462
				Reservas de lucros		16.347	24.505
						<u>90.226</u>	<u>91.638</u>
Total do ativo		<u><u>273.310</u></u>	<u><u>281.646</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>273.310</u></u>	<u><u>281.646</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida de vendas	16	72.794	61.988
Custo dos serviços prestados	17	(12.971)	(11.835)
(=) Lucro bruto		59.823	50.153
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.849)	(9.074)
Outras receitas operacionais	17	3.997	3.350
		(5.852)	(5.724)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		53.971	44.429
Receitas financeiras	18	4.336	1.753
Despesas financeiras	18	(14.590)	(6.396)
(=) Resultado financeiro líquido		(10.254)	(4.643)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		43.717	39.786
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(9.996)	(8.185)
(=) Lucro líquido do exercício		33.721	31.601

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	33.721	31.601
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	33.721	31.601

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Retenção de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial positiva	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Outras reservas de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	58.671	3.958	8.355	53.411	8.763	-	133.158	
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	(301)	301	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	(53.411)	-	-	(53.411)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.601	31.601	
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	1.580	-	-	-	(1.580)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	3.327	-	-	(3.327)	-	
Antecipação de dividendos do exercício de 2018	-	-	-	(19.710)	-	-	(19.710)	
Destinação dos lucros acumulados remanescentes	-	-	-	26.995	-	(26.995)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	58.671	5.538	11.682	7.285	8.462	-	91.638	
Aumento de capital social	7.065	(7.065)	-	-	-	-	-	
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	(319)	319	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.721	33.721	
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	1.686	-	-	-	(1.686)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	4.506	-	-	(4.506)	-	
Distribuição de dividendos - conforme deliberação do estatuto social	-	-	-	(2.285)	-	(32.848)	(35.133)	
Outras reservas de lucros	-	-	-	(5.000)	-	5.000	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.736	159	16.188	-	8.143	-	90.226	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	33.721	31.601
Ajuste de exercícios anteriores		
Ajustes para conciliar o lucro líquido/(prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão/(reversão) para contingências	(120)	120
Depreciação e amortização	7.614	6.871
Valor residual do imobilizado baixado	8.862	29
Juros incorridos e não pagos	13.993	-
Tributos diferidos	(164)	(155)
Lucro do exercício ajustado	<u>63.906</u>	<u>38.466</u>
Acréscimo líquido/(decréscimo) de ativos		
Contas a receber	7.106	5.426
Contas a receber de parceiros comerciais	-	(10.150)
Estoques	14	-
Tributos a recuperar	(830)	917
Adiantamentos a fornecedores	19	273
Despesas antecipadas	4	(11)
Outros créditos	1.082	(1.078)
Depósitos judiciais	4	(126)
Acréscimo líquido/(decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(100)	(2.839)
Obrigações tributárias	2.333	1.331
Obrigações sociais e trabalhistas	(142)	176
Adiantamento de clientes	(7.347)	(5.776)
Outros passivos	321	(1.234)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	<u>66.370</u>	<u>25.375</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(388)	(2.200)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	<u>(388)</u>	<u>(2.200)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos a pagar	30.169	-
Dividendo pagos	(16.100)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal e juros	-	(42.667)
Captação de debentures	-	153.848
Amortização de debentures - principal e juros	(32.052)	(9.836)
Empréstimos de partes relacionadas - Ativo	(44.828)	-
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	(32.848)	(73.122)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	<u>(95.659)</u>	<u>28.223</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.677)</u>	<u>51.398</u>
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	55.894	4.496
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	26.217	55.894
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.677)</u>	<u>51.398</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais - contexto operacional

A Terminais Fluviais do Brasil S/A (“Companhia”), foi constituída em 30 de novembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações, com capital fechado, com Sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de armazenagem de combustíveis líquidos, serviços auxiliares de apoio marítimo e fluvial, análise técnica e qualitativa de combustíveis líquidos, construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de construção civil de outros tipos, serviços de preparação do terreno e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas, comércio varejista de materiais de construção em geral e suas respectivas atividades secundárias; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para construção, mineração e terraplanagem.

Contrato de prestação de serviço com a Petróleo Brasileiro S.A.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2013. Adicionalmente, foi assinado um contrato de prestação de serviço de armazenagem e movimentação de produtos com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) na modalidade Take or Pay, com demanda de serviço contratado de dez anos, segundo o qual, independente do uso do serviço pela Petrobrás, o valor será pago. Atualmente, a Companhia tem uma demanda garantida que pode corresponder a faturamentos por prestação de serviço na ordem de R\$ 296.000. A demanda garantida de R\$ 111.628 milhões pelos próximos 27 meses, com histórico recente de performance com 65% acima do volume mínimo. As demais demandas dependem da prestação de serviço por parte da Companhia para ser confirmada como receita a cada período.

Contrato de prestação de serviços com a Tricon Energy Ltda.

A Companhia assinou em 2016, um contrato de prestação de serviços portuários, no montante de R\$ 68.571, com a Tricon Energy Ltda., uma trading norte-americana, objetivando a construção de 44 mil m³ em tanques. A tancagem foi concluída em 2017. Os serviços serão prestados de forma contínua, pelo prazo de 30 meses e as obrigações de desempenho serão cumpridas no decorrer do prazo do contrato.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota nº 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativo financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

2.6. Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver, a perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (este nível de agrupamento corresponde às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras do negócio e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado corrente em um mercado ativo, ou no preço conhecido da transação mais recente com ativos semelhantes.
do resultado.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de armazenagem no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo o valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.9. Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

2.10. Imobilizado

Durante o exercício de 2015, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), a Companhia pôde optar por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações, veículos, móveis e utensílios, tanques e tubovias, flutuantes, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção deste Pronunciamento Técnico, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente divergia do valor justo de realização dos mesmos.

A definição dos custos atribuídos foi determinada com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa especializada no assunto.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de peças ou itens substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Um item do ativo imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas da venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

2.14. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao Imposto de Renda e Contribuição Social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Vida útil dos itens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em relação ao índice de liquidez corrente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresenta o seguinte índice:

Índice de liquidez corrente

	2019	2018
Ativo circulante	41.688	75.062
Passivo circulante (*)	47.720	39.783
ILC	0,87	1,89

(*) Para fins de cálculo e demonstração do índice de liquidez corrente os dividendos a pagar, que serão novamente capitalizados pela Companhia em 2020, foram expurgados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Aplicações de liquidez imediata (i)	26.217	55.894
	<u>26.217</u>	<u>55.894</u>

(i) As aplicações são realizadas pela modalidade de "Aplicações automáticas". Estas aplicações, dependendo do número de dias aplicado, tem rentabilidade entre 10 e 100% do CDI. Todos os recursos aplicados têm liquidez imediata.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

6. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Clientes diversos	6.543	11.338
Cliente por nota promissória	3.698	6.009
	<u>10.241</u>	<u>17.347</u>
Circulante	10.241	13.649
Não circulante	-	3.698

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a análise do vencimento do saldo de contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	2019	2018
A vencer	10.241	15.329
Vencidos até 90 dias	-	1
Vencidos há mais de 180 dias	-	2.017
	<u>-</u>	<u>17.347</u>

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Todos os valores vencidos há mais de 120 dias são avaliados individualmente quanto à sua expectativa de recebimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração entende que não há qualquer necessidade de provisão de valores para perda.

7. Tributos a recuperar

	2019	2018
IR (i)	3.904	912
ICMS	86	86
PIS (ii)	66	498
COFINS (ii)	261	2.278
ISS	297	17
INSS	5	5
FGTS	-	1
Outros tributos a recuperar	38	30
	<u>4.657</u>	<u>3.827</u>

- (i) O saldo negativo de IRPJ, refere-se ao fato de, ao final do ano calendário, os valores retidos na fonte pelo fornecimento às entidades de administração públicas (IN SRF nº 1.234/2012) e os valores retidos na fonte sobre os ganhos de aplicação financeira superem os valores devidos de IRPJ a pagar, caracterizando crédito tributário sujeito a compensação nos termos da Lei nº 9.430/96 e IN SRF nº 1.300/2012;
- (ii) Refere-se, basicamente, ao crédito de PIS e COFINS gerado na incorporação ao ativo imobilizado construídos e adquiridos para utilização na prestação de serviços, conforme o inciso VII do caput do artigo 3º, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso VII do caput do artigo 3º, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2019		2018
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido
Terrenos	-	3.413	-	3.413
Edificações e benfeitorias	2,5%-4%	67.729	(6.415)	61.314
Máquinas e equipamentos	6,66%-10%	10.445	(4.841)	5.604
Veículos	20%-33,33%	131	(119)	12
Móveis e utensílios	12,5%-33,33%	202	(98)	104
Tanques e tubovias	10%-15%	88.775	(13.214)	75.561
Flutuante	10%-17%	33.120	(5.707)	27.413
Imobilizado em andamento		3.101	-	3.101
		<u>206.916</u>	<u>(30.394)</u>	<u>176.522</u>
				<u>192.610</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação do ativo imobilizado

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2019
Custo							
Terrenos	11.412	863	-	12.275	-	(8.862)	3.413
Edificações e benfeitorias	67.728	1	-	67.729	-	-	67.729
Máquinas e equipamentos	10.032	56	-	10.088	358	-	10.446
Veículos	131	-	-	131	-	-	131
Móveis e utensílios	197	5	-	202	-	-	202
Tanques e tubovias	88.673	134	32	88.775	-	-	88.775
Flutuante	33.120	-	-	33.120	-	-	33.120
Imobilizado em andamento	1.930	1.141	-	3.071	30	-	3.101
	<u>213.223</u>	<u>2.200</u>	<u>32</u>	<u>215.391</u>	<u>388</u>	<u>(8.862)</u>	<u>206.917</u>
Depreciação							
Edificações e benfeitorias	(3.069)	(1.673)	-	(4.742)	(1.672)	-	(6.415)
Máquinas e equipamentos	(2.478)	(946)	-	(3.424)	(1.417)	-	(4.841)
Veículos	(67)	(25)	-	(92)	(27)	-	(119)
Móveis e utensílios	(55)	(20)	-	(75)	(23)	-	(99)
Tanques e tubovias	(6.819)	(3.065)	3	(9.881)	(3.333)	-	(13.214)
Flutuante	(3.423)	(1.142)	-	(4.565)	(1.142)	-	(5.707)
	<u>(15.911)</u>	<u>(6.871)</u>	<u>3</u>	<u>(22.779)</u>	<u>(7.614)</u>	<u>-</u>	<u>(30.395)</u>
	<u>197.312</u>	<u>(4.671)</u>	<u>35</u>	<u>192.612</u>	<u>(7.226)</u>	<u>8.862</u>	<u>176.522</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Fornecedor

	2019	2018
Fornecedores de materiais diversos	68	24
Fornecedores de serviços diversos	145	289
	<u>213</u>	<u>313</u>

10. Obrigações tributárias

	2019	2018
ICMS	2	6
COFINS	354	-
PIS	76	-
ISS	702	576
Outros tributos a recolher (*)	3.148	1.369
	<u>4.283</u>	<u>1.950</u>
Circulante	4.144	1.950
Não circulante	139	-

(*) CSLL e IRPJ.

11. Adiantamento de clientes

Refere-se a adiantamento recebido da Tricon Energy Ltda. por conta de futuras prestações de serviços portuários. A operação entre a Companhia e a Tricon Energy Ltda. teve início em janeiro de 2018, após a conclusão das obras de ampliação da base localizada em Itacoatiara (AM). A segregação do montante adiantado entre curto e longo prazo expressa a expectativa da Administração na realização dos valores recebidos.

Esse saldo de adiantamento é reconhecido como receita na Companhia a medida que o serviço é prestado.

12. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido é referente à movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, em decorrência da adoção do custo atribuído do imobilizado:

	2019	2018
IRPJ	3.085	3.205
CSLL	1.110	1.154
	<u>4.195</u>	<u>4.359</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.013
Juros incorrido e não pago	13.993
Amortização de juros	(13.528)
Amortização de principal	(18.524)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	125.954
Circulante	31.065
Não circulante	94.889

Em 07 de junho de 2018, foi aprovada a emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória em duas séries, com as seguintes características:

- Valor total da emissão: 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais);
- Quantidade de debêntures e número de séries: foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, sendo 3.900 (três mil e novecentos) debêntures da 1º (primeira) série e 11.100 (onze mil e cem) debêntures da 2º (segunda) série;
- Valor nominal unitário: R\$ 10 (dez mil reais) por debêntures;
- Taxa de juros 100% do CDI + TR 4% a.a.;
- Data-base da emissão: 12 de julho de 2018;
- Data do vencimento: o vencimento final das debêntures ocorrerá ao término de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de julho de 2023.

Para a emissão das debêntures, foi exigido pelos debenturistas que a Companhia liquidasse os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. Os recursos obtidos na captação dos recursos pela emissão das debêntures serão aplicados na construção e expansão da planta de armazenamento da Companhia.

(a) Operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, estão descritas as principais obrigações contratuais que, se não cumpridas, sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas dos contratos de financiamentos:

- Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Companhia e/ou fiadores;
- Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato;

- A existência de ato definido de autoridade administrativa que impeça a conclusão ou a continuidade do projeto;
- O descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, ou, caso qualquer autorização, concessão permissão ou licença relevante necessária para o início e/ou desenvolvimento do projeto seja revogada ou modificada, produzindo esse evento um efeito adverso sobre a capacidade da Companhia cumprir todas as obrigações;
- Ocorrência de pedido de autofalência, decretação de falência, deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo nesta alínea, ou suspensão injustificada, a critério razoável do Agente Financeiro, de suas atividades por mais de 30 dias, desde que dentro de tal prazo não tenham sido tomadas medidas para corrigir ou remediar a suspensão;
- Se qualquer das garantias reais ou fidejussórias constituídas no contrato de repasse tornarem-se comprovadamente impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Financeiro e devidamente efetivadas e registradas pela Companhia;
- O não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes de outros contratos firmados com o Agente Financeiro ou terceiros;
- Decretação de vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado pelo Agente Financeiro ou BNDES com a Companhia ou seus sucessores e/ou ainda o vencimento antecipado de qualquer outro contrato que qualquer outra empresa pertencente ao grupo econômico do qual a Companhia faz parte, tenha celebrado e/ou venha a celebrar com o Agente Financeiro e/ou BNDES;
- For apurado, pelo Agente Financeiro ou BNDES, qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão imputável à Companhia em qualquer declaração, garantia, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela Companhia relativo ao Contrato de Repasse;
- O protesto de títulos contra a Companhia ou seus Controladores, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e validamente comprovado, se for cancelado ou ainda se o protesto for sustado, em qualquer das hipóteses, no prazo máximo de 30 dias corrido de sua ocorrência;
- Alienação, desapropriação, confisco, oneração ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relacionados ao projeto, para terceiro não previamente aprovado pelo Agente Financeiro e pelo BNDES;
- Se a Companhia tiver seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, instituído pelo Banco Central do Brasil;
- Se a Companhia não mantiver em dia o pagamento de todos os tributos federais, estaduais, ou municipais, encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais, a que esteja ou venha a estar sujeita, bem como tributos incidentes sobre imóveis que constituem garantia dessa operação, observando causa de vencimento antecipado;

- Realização, por qualquer autoridade pública, de qualquer ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos bens, ativos ou propriedades adquiridas por força do projeto;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Redução do quadro de pessoal da Companhia, sem atendimento ao disposto no Contrato de Repasse;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente, sendo que a Companhia declara neste ato a inexistência de referida sentença nesta data;
- Diplomação como Deputado (a) Federal ou Senado (a), de pessoa que exerça função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, Incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de cinco dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de, não fazendo, incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento;
- A alienação ou oneração, sem prévio consentimento escrito do BNDES e do Agente Financeiro de quaisquer bens compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse;
- A não manutenção dos bens, compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse, em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade, admitido o perecimento decorrente do uso e do tempo;
- Propositura de plano de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, pela Companhia;
- Se a Companhia falir ou perder a administração de quaisquer dos bens mencionada no Contrato de Repasse, sem substituí-los;
- A ocorrência de quaisquer outros eventos, que a critério do agente financeiro, possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, ou que possam causar prejuízos à imagem do agente financeiro no contexto da sociedade ou do Sistema Financeiro Nacional (STN).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

14. Dividendos a pagar

A Companhia, em razão de uma reorganização societária, feita dentro do Grupo Dislub Equador, no decorrer do ano de 2019, decidiu colocar todos os lucros disponíveis aos acionistas. Esses lucros reconhecidos no balanço patrimonial como "Dividendos a pagar" serão capitalizados, novamente, no exercício de 2020. No exercício de 2019, a Companhia registrou no seu passivo o montante de R\$ 16.354 milhões como dividendos a pagar.

	<u>2019</u>
Saldo inicial	-
(+) Provisão dos dividendos do exercício	32.454
(-) Pagamentos realizados no exercício	(16.100)
Saldo final	<u><u>16.354</u></u>

As movimentações realizadas no quadro acima são oriundas de reservas e dividendos de outros períodos.

15. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social em 2019, é de R\$ 65.736, dividido em 65.736 mil ações, no valor unitário de R\$ 1,00 cada. Conforme composição a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dislub Combustíveis S.A.	65.736	19.290
C H J Participação e Administração Ltda.	-	14.786
Humberto do Amaral Carrilho	-	9.838
Sergio Luiz Silva da Fonseca Lins	-	6.149
Jose Valdyr Silva da Fonseca Lins	-	6.149
Claudia Barbosa Carrilho	-	2.459
	<u><u>65.736</u></u>	<u><u>58.671</u></u>

No curso do exercício de 2019, a Dislub Combustíveis adquiriu todas as ações de todos os investidores, tendo em posse 100% das ações existentes da T.F.B

b. Reservas

Reserva legal

Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido do exercício, que não excederá o limite de 20% do capital social, conforme legislação societária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 16.188 (R\$ 11.682 em 2018) decorre do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda proveniente do lucro da exploração, o qual não pode ser distribuído aos acionistas.

16. Receita operacional líquida

	2019	2018
Operações portuárias	84.045	70.392
Locação de bens imóveis	51	41
	<u>84.096</u>	<u>70.433</u>
COFINS	(5.834)	(4.503)
PIS	(1.266)	(977)
ISS	(4.202)	(3.518)
Recuperação de deduções	-	552
	<u>(11.302)</u>	<u>(8.446)</u>
Receita líquida de vendas	<u>72.794</u>	<u>61.987</u>

17. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Locação de máquinas, equipamentos, imóveis e veículos	(71)	(277)
Utilidades e serviços	(865)	(724)
Segurança, vigilância e conservação patrimonial	(1.148)	(4.226)
Seguros	(798)	(645)
Impostos e taxas	(358)	(497)
Pessoal e encargos	(4.896)	(2.239)
Publicidade de propaganda	(17)	(78)
Manutenção	(898)	(720)
Multas e juros	-	(1)
Encargos de depreciação e amortização	(7.615)	(6.871)
Rateios de Gastos Corporativos (i)	(5.295)	(3.689)
Honorários e serviços profissionais	(869)	(974)
Outras receitas operacionais	4.005	3.384
	<u>(18.823)</u>	<u>(17.558)</u>
Custo dos serviços prestados	(12.971)	(11.835)
Despesas gerais e administrativas	(9.849)	(9.074)
Outras receitas operacionais	3.997	3.351
	<u>(18.823)</u>	<u>(17.558)</u>

- (i) Em 2019, por conta de critérios de alocação dos gastos com a CSC - Central de Serviços Compartilhados, que serve a todas as empresas do Grupo Dislub Equador, houve uma variação em relação ao ano de 2018, no montante de R\$ 1.606 mil. Para o ano de 2020, esse montante não deverá se repetir em virtude da reorganização societária realizada em 2019, e por conseguinte, serão adotados novos critérios.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

18. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita financeira		
Juros e multa ativo	2.391	799
Descontos obtidos	5	25
Ganhos sobre aplicação financeiras	1.778	810
Variações cambiais e monetárias ativas	<u>162</u>	<u>119</u>
	4.336	1.753
Juros e multa passivo	(14.049)	(6.132)
Descontos concedidos	(17)	(25)
Varição cambial e monetária passiva	-	(134)
Tarifas bancárias	(55)	(61)
Outras despesas financeiras	<u>(469)</u>	<u>(44)</u>
	(14.590)	(6.396)
	<u>(10.254)</u>	<u>(4.643)</u>

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de Renda	(7.344)	(6.012)
Contribuição Social	<u>(2.652)</u>	<u>(2.173)</u>
	<u>(9.996)</u>	<u>(8.185)</u>

A apuração dos saldos de IRPJ e CSLL do exercício de 2019 está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do IR/CSLL	43.717	39.786
IR/CSLL à alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(14.864)	(13.527)
Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões	4.868	5.342
IR/CSLL no exercício	<u>(9.996)</u>	<u>(8.185)</u>
Alíquota efetiva	23%	21%

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

20. Partes relacionadas

(a) Composição de saldos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes		
Petro Energia Industria e Comércio Ltda.	3.698	3.698
Mútuo com partes relacionadas		
Distribuidora Equador de Produtos de Petroleo S.A.	7.213	10.150
Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.	47.765	-
	<u>54.978</u>	<u>10.150</u>
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Dislub Combustíveis S.A.	12.144	-
Demonstrações de resultados		
Receita bruta		
Petro Energia Industria e Comércio Ltda.	135	41
Despesas gerais e administrativas		
Rateios de Gastos Corporativos - CSC		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(5.295)	(3.689)

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores são os próprios sócios, os quais poderão ser remunerados por distribuição de lucros ou juros sobre o capital próprio. Durante o exercício findo em 2019, foram distribuídos R\$ 32.884 (R\$ 72.871 em 2018) de lucros ou dividendos aos acionistas, além dos dividendos mínimos obrigatórios.

23. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxo de caixas estimados.

A Administração avalia de forma constante os impactos da pandemia do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações, nas demonstrações contábeis e na liquidez da Companhia.

Dentre as medidas estão:

- O monitoramento constante da carteira de clientes com comitês de crédito diários e reavaliação dos limites e garantias de todos os clientes;
- Revisão dos pedidos de compras junto a Petrobras pari passu a velocidade de vendas, visando a manutenção dos estoques dentro dos parâmetros operacionais;
- Toda a equipe administrativa está em home office com todos os sistemas de mobilidade sem qualquer ruptura no atendimento da necessidade da Companhia;
- Todos os terminais estão operando com equipe reduzida e equipe de limpeza realizando a esterilização de salas, corrimãos e maçanetas a cada 4 horas, conforme protocolo da segurança do trabalho;
- Campanhas institucionais internas de conscientização e educação das formas de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19), no trabalho e nas residências.